



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009078-64.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde**
 Requerente: **Maria Aparecida Buzzo Aguilar**
 Requerido: **UNIMED SÃO CARLOS- COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO- CENTRO ADMINISTRATIVO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter trabalhado para a segunda ré entre 1992 e 2010, usufruindo de plano de saúde junto à primeira ré em função disso (contribuía parcialmente com o custo do plano, enquanto a segunda ré arcava com o restante).

Alegou ainda que depois de sua dispensa continuou sendo beneficiada pelo plano junto à primeira ré, estando agora na iminência de perder tal condição.

Invocou sua condição pessoal (é idosa, sobrevive com sua aposentadoria de um salário mínimo, ficou viúva recentemente e é arrimo de família) e o direito constitucional à saúde para pleitear que a primeira ré seja compelida a manter o plano em suas atuais condições ou estabelecer outro que atenda às suas necessidades.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada em contestação pela segunda ré não merece acolhimento, tendo em vista que quanto a ela o pleito está circunscrito ao fornecimento de esclarecimentos determinados (fl. 06, e), ostentando ela – e somente ela – possibilidade para tanto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

No mérito, pelo que extraio dos autos a autora em abril de 2010 foi dispensada sem justa causa pela segunda ré, a qual não comunicou a ocorrência à primeira ré.

A autora não obstante permaneceu como beneficiária do mesmo plano de saúde que havia enquanto empregada da segunda ré, até que em 01 de outubro de 2012 firmou com a primeira ré o termo de fls. 23/24.

Por intermédio dele, aquele plano foi mantido pelo prazo de dois anos e ao fim desse período um novo haveria de ser contratado entre as partes, com aplicação da tabela de preços pertinente.

Assentadas essas premissas, reputo que a solução do feito haverá de ser distinta para cada uma das relações jurídicas postas.

Quanto à primeira ré, não se entrevê irregularidade alguma perpetrada por ela em face da autora.

Ao contrário, e a despeito de não ter sido informada de sua dispensa por parte da segunda ré, manteve de abril/2010 até outubro/2012 o seu plano de saúde, mesmo que inexistisse respaldo a tanto.

Como se não bastasse, celebrou na sequência termo por meio do qual prolongou a vigência desse plano por mais dois anos, concluindo-se que durante quatro anos a autora usufruiu de plano de saúde mesmo sem possuir vínculo laborativo com a segunda ré.

De outro lado, não se pode cogitar de obrigação da ré em manter o mesmo plano ou estabelecer outro que atenda as suas necessidades com fulcro no direito constitucional à saúde.

Inexiste norma específica que imponha dever dessa natureza à primeira ré e mesmo que se considere a dispensa sem justa causa da autora é fato que o plano de saúde a que estava vinculada continuou produzindo efeitos por mais de dois anos, cumprida a determinação inserta no art. 30, § 1º, da Lei nº 9.656/98.

Já as disposições constitucionais que abordam a matéria se voltam ao Poder Público e não possuem o condão de vincular particulares ao atendimento dos que necessitam de serviços médicos e hospitalares.

Por outras palavras, o reconhecimento da difícil situação em que se encontra a autora não poderia render ensejo a obrigar a primeira ré a manter plano sem lastro que o amparasse ou a contratar outro em bases compatíveis com sua condição, até porque se assim fosse naturalmente – e infelizmente, diga-se de passagem – grande quantidade de pessoas poderia postular benefício idêntico, o que não se concebe.

A postulação da autora quanto à primeira ré, portanto, não pode prosperar.

Já quanto à segunda ré, reputo inexistir o interesse de agir, condição da ação indispensável ao conhecimento da causa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Na verdade, como não se vislumbra o direito da autora à manutenção do plano ou celebração de novo na esteira de suas possibilidades é irrelevante perquirir a respeito dos motivos que teriam levado a segunda ré a não comunicar à primeira a dispensa dela.

O processo quanto ao assunto não teria utilidade ou necessidade, não projetando efeitos que de algum modo e até mesmo em tese poderiam beneficiar a autora.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito em relação à ré **TECELAGEM SÃO CARLOS S/A**, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO IMPROCEDENTE** a ação em relação à ré **UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**